RESUMO
O estudo aborda a complexidade de realizar efetivamente políticas inclusivas em um cenário globalizado. Enquanto a globalização trouxe avanços na conectividade e na circulação de informações, ela também intensificou as disparidades sociais entre os países, aprofundando desigualdades já existentes e exigindo ações concretas para promover a inclusão de grupos marginalizados. É importante destacar a disparidade entre o discurso enaltecedor da inclusão e a prática efetiva dessas políticas. O texto ressalta que a mera retórica em torno da inclusão não é suficiente; é fundamental uma implementação prática e significativa dessas políticas para garantir a eficácia e o impacto desejado. Além disso, são discutidas as origens das desigualdades sociais exacerbadas pela globalização, questões muitas vezes negligenciadas nas políticas inclusivas. A análise aponta para a necessidade de uma compreensão mais profunda dessas origens para enfrentar eficazmente as disparidades sociais. O artigo não apenas enfoca as lacunas entre discurso e ação, mas também aborda os desafios práticos encontrados na implementação das políticas inclusivas. Isso inclui desde resistências políticas e falta de recursos até uma compreensão limitada das necessidades reais dos grupos marginalizados, o que pode comprometer os esforços de inclusão. A proposta do texto é promover uma reflexão crítica sobre o discurso da inclusão, visando não apenas identificar as lacunas existentes, mas também impulsionar ações mais eficazes para a construção de uma sociedade mais igualitária e inclusiva. A compreensão detalhada desses desafios contribui para uma melhor abordagem na implementação de políticas inclusivas, destacando a importância não apenas da retórica, mas da ação prática e coerente na busca por uma sociedade mais justa e equitativa.
Palavras Chaves: Políticas públicas, inclusão, sociedade,

ABSTRACT
The study addresses the complexity of effectively implementing inclusive policies in a globalized scenario. While globalization has brought advances in connectivity and the circulation of information, it has also intensified social disparities between countries, deepening already existing inequalities and requiring concrete actions to promote the inclusion of marginalized groups.
It is important to highlight the disparity between the discourse that praises inclusion and the actual practice of these policies. The text points out that mere rhetoric around inclusion is not enough; Practical and meaningful implementation of these policies is critical to ensure effectiveness and desired impact.
In addition, the origins of social inequalities exacerbated by globalization are discussed, issues that are often neglected in inclusive policies. The analysis points to the need for a deeper understanding of these origins in order to effectively address social disparities.
The article not only focuses on the gaps between discourse and action, but also addresses the practical challenges encountered in implementing inclusive policies. This ranges from political resistance and lack of resources to a limited understanding of the real needs of marginalized groups, which can undermine inclusion efforts.
The purpose of the text is to promote a critical reflection on the discourse of inclusion, aiming not only to identify the existing gaps, but also to promote more effective actions for the construction of a more egalitarian and inclusive society.
A detailed understanding of these challenges contributes to a better approach to implementing inclusive policies, highlighting the importance of not only rhetoric but practical and coherent action in the pursuit of a more just and equitable society.
Key words: Public policies, inclusion, society,

INTRODUÇÃO

Os temas da inclusão e educação especial têm sido protagonistas em discussões pedagógicas, políticas e sociais, refletidos nos discursos políticos, documentos oficiais e

nas práticas educacionais. A jornada histórica desses debates acompanha a evolução das percepções e tratamentos em relação às pessoas com deficiência, que, por muito tempo, foram marginalizadas e afastadas dos processos educativos e sociais.
Este estudo se propõe a um olhar minucioso sobre a educação de alunos com deficiência auditiva, enfocando seu processo de escolarização, os sistemas educacionais nos quais estão inseridos e as práticas de alfabetização adotadas. Além disso, pretende-se analisar o papel do docente na promoção da aprendizagem desses estudantes, considerando suas necessidades específicas e o ambiente inclusivo.
Partindo de estudos bibliográficos e pesquisas de campo, investigaremos como ocorre o aprendizado desse grupo de estudantes, levando em conta a utilização da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e as adaptações curriculares disponibilizadas. A integração desses alunos em classes regulares, a existência de suportes e serviços de apoio, bem como a qualidade do ensino oferecido, serão elementos centrais de nossa análise.
Este estudo se estrutura em capítulos que exploram distintos aspectos da educação de alunos com deficiência auditiva. No Capítulo 1, a análise histórico-cultural será o cerne, abordando a trajetória desses indivíduos e as influências sociais, legais e culturais que moldaram suas experiências ao longo do tempo. Especificamente, enfocaremos fatores relacionados à deficiência auditiva no contexto brasileiro e os marcos legais que regem esse campo.
Seguiremos então para o Capítulo 2, que se dedicará à etiologia e ao prognóstico da deficiência auditiva, aprofundando-se nas causas, formas de tratamento e perspectivas atuais relacionadas a essa condição. Exploraremos as diferentes abordagens terapêuticas e tecnológicas existentes, destacando sua eficácia na integração e aprendizagem dos alunos com deficiência auditiva.
No Capítulo 3, nosso foco estará voltado ao processo de escolarização desses alunos, realçando a importância de compreender suas necessidades específicas para alcançar a alfabetização e o letramento. Neste ponto, discutiremos estratégias pedagógicas, suportes e recursos educacionais fundamentais para o progresso acadêmico e social desses estudantes.
Por fim, este estudo abrigara reflexões teóricas e práticas provenientes dos dados bibliográficos e das análises realizadas ao longo dos capítulos. O intuito é consolidar ideias e perspectivas que possam embasar a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas e eficazes para a educação de alunos com deficiência auditiva.

Objetivo:
Este estudo tem como objetivo aprofundar a compreensão sobre a educação de alunos com deficiência auditiva, destacando a evolução histórica, os desafios contemporâneos e as estratégias educacionais eficazes para promover a inclusão e o desenvolvimento desses estudantes.

Em primeiro lugar, vamos explorar a jornada histórica desses alunos, desde o período em que eram marginalizados até os dias atuais, em que sociedade, política e educação caminham juntas na busca por uma educação inclusiva e justa. Faremos uma análise minuciosa das percepções sobre a deficiência auditiva ao longo dos tempos, e como essas percepções influenciaram políticas, leis e práticas educacionais.

Além disso, mergulharemos nos desafios enfrentados pelos alunos com deficiência auditiva no ambiente escolar atual. Compreenderemos as barreiras que eles enfrentam, desde a identificação precoce de suas necessidades educacionais até a implementação de estratégias pedagógicas que atendam às suas particularidades, garantindo-lhes o acesso a uma educação de qualidade.

Em seguida, dedicaremos nossa atenção às práticas e abordagens educacionais mais eficazes para promover a inclusão e o sucesso acadêmico desses alunos. Discutiremos estratégias pedagógicas, recursos tecnológicos, a importância da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e a formação de professores especializados como elementos-chave para proporcionar um ambiente educacional acolhedor e acessível.

Além disso, destacaremos a importância de

valorizar a identidade surda, respeitando a cultura e a língua de sinais como aspectos fundamentais na educação desses alunos. Reconhecendo e celebrando a singularidade linguística e cultural, contribuímos para um ambiente inclusivo e para o fortalecimento da autoestima e da identidade dos estudantes com deficiência auditiva.

Por fim, esperamos que este estudo ajude a melhorar as práticas educacionais, sensibilize gestores, educadores e a sociedade em geral sobre a importância da inclusão, e forneça embasamento teórico e prático para construir uma educação mais justa e eficaz para todos os alunos, independentemente de suas necessidades especiais.---

CAPÍTULO 1: DEFICIENTE AUDITIVO: DA SITUAÇÃO IRREGULAR À GARANTIA DE DIREITOS

A história reflete um longo período de marginalização e exclusão das pessoas com deficiência, especialmente das que possuíam deficiência auditiva. Ao longo dos tempos, esses indivíduos foram colocados à margem das interações sociais, frequentemente segregados e excluídos dos processos educacionais e sociais.

Segundo Oliveira (2011), durante séculos, as pessoas com deficiência foram apartadas da sociedade devido a concepções ultrapassadas e estigmatizantes. Na Antiguidade, por exemplo, indivíduos que suscitavam repulsão ou temor eram isolados para proteger a sociedade daquilo que era considerado uma ameaça, incluindo-se aí os deficientes. Essa prática de isolamento e exclusão persistiu por gerações, fundamentada em noções obsoletas sobre deficiência e indivíduo.

Refletindo sobre diferentes contextos históricos, percebemos a evolução das percepções sociais em relação à deficiência auditiva. Na Roma e Grécia antigas, os surdos eram tidos como "enfeitiçados" e muitas vezes eram abandonados ou até mesmo mortos. Porém, no Egito, eram reverenciados e vistos como "enviados dos deuses", mantendo uma relação diferente com a sociedade. O período medieval, influenciado pelo Cristianismo, trouxe uma nova visão sobre a deficiência, atribuindo-a como um castigo divino. Essa perspectiva conferiu aos deficientes um status de exclusão, embora fossem reconhecidos como seres humanos com alma, o que impediu sua exterminação, mas os colocou à margem das práticas sociais comuns.

O contexto da Revolução Burguesa, no século XVI, introduziu uma visão capitalista que considerava os deficientes como indivíduos improdutivos, onerando a sociedade. Esse período não enxergava a deficiência como algo a ser endereçado ou atendido, mas sim como um fardo social. A partir do século XVII, emerge uma visão médica da deficiência, inaugurando o paradigma da institucionalização. Esse período é marcado pelo surgimento das primeiras escolas para surdos na Europa e pelas primeiras tentativas de educação especial.

O Brasil também passa a ter um olhar mais direcionado para a educação de pessoas com deficiência, com a fundação do Instituto Nacional de Surdos-Mudos (atual INES) em 1857, que inicialmente adotava a língua de sinais como meio de comunicação. Durante o século XIX e início do século XX, o debate sobre os métodos de educação para surdos ganha espaço, culminando no Congresso de Milão, em 1880, que declarou o oralismo como o método preferencial de ensino para surdos. Essa decisão afetou drasticamente a educação dos surdos, proibindo o uso de língua de sinais e impondo práticas de oralização, o que perdurou por muitos anos.

Com o tempo, percebeu-se a necessidade de repensar esses métodos, e somente na década de 1960 é que se iniciou um questionamento mais profundo sobre a educação de surdos, apontando falhas e fracassos do oralismo. Nesse contexto, surgiu a proposta da Comunicação Total, que buscava um meio-termo entre oralismo e sinais.

A partir dos anos 1990, com a Declaração de Salamanca (1994), surge uma nova perspectiva na educação especial, enfatizando a inclusão e o suporte às necessidades específicas dos alunos com deficiência, incluindo os surdos. Esse período marca a ascensão do bilinguismo como uma abordagem educacional, valorizando a LIBRAS e reconhecendo a importância de uma educação bilíngue para surdos.

Essa jornada histórica evidencia uma mudança gradual nas concepções sobre a educação de surdos, passando por períodos de

segregação, oralismo predominante e, mais recentemente, reconhecimento da cultura surda e do bilinguismo como bases educacionais mais inclusivas e respeitosas.

CAPÍTULO 2: ETIOLOGIA E PROGNÓSTICO DA DEFICIÊNCIA AUDITIVA

A deficiência auditiva é uma condição complexa, com causas diversas e que pode se manifestar de diferentes maneiras. A etiologia dessa condição compreende uma série de fatores que podem levar à perda auditiva, sejam eles genéticos, ambientais ou adquiridos ao longo da vida.

Dentre as causas genéticas da deficiência auditiva, as mutações nos genes relacionados à audição têm sido identificadas como um fator preponderante. Estudos realizados por Morton e Nance (2006) indicam que aproximadamente metade dos casos de deficiência auditiva congênita têm origem genética, sendo transmitida de forma hereditária.

Além das causas genéticas, fatores ambientais como infecções durante a gestação, exposição a substâncias tóxicas, complicações no parto e infecções pós-natais também podem contribuir para a deficiência auditiva. A rubéola congênita, por exemplo, é uma causa importante de perda auditiva em crianças e ilustra a influência dos fatores ambientais. Outra consideração relevante é a perda auditiva adquirida ao longo da vida, muitas vezes associada ao envelhecimento (presbiacusia), exposição prolongada a ruídos intensos ou a ototoxicidade causada por certos medicamentos.

No que tange ao prognóstico, a deficiência auditiva pode ter efeitos significativos no desenvolvimento cognitivo, social e emocional dos indivíduos afetados. A literatura destaca que a detecção precoce e a intervenção adequada são cruciais para minimizar os impactos negativos dessa condição.

As formas de tratamento disponíveis para deficiência auditiva são variadas e dependem do grau e tipo de perda auditiva. O uso de aparelhos auditivos e implantes cocleares representa avanços tecnológicos significativos que proporcionam melhorias na capacidade auditiva e na qualidade de vida de muitos indivíduos com deficiência auditiva (Davis, 2014).

Segundo Speri (2013) na deficiência auditiva leve, a palavra é ouvida, mas certos sons não são percebidos, percebe-se a fala com voz normal, mas tem dificuldade com voz baixa ou distante, as crianças são consideradas muito distraídas e apresentam dificuldade na comunicação em ambientes ruidosos ou em grupo. Ouvir bem e de forma nítida e discriminadora é essencial para poder receber informações e sequências de aprendizagem escolar. Infelizmente, muitas crianças não conseguem utilizar adequadamente este caminho para aprender porque apresentam déficits parciais ou déficits totais (surdez) de percepção auditiva."

É fundamental reconhecer a complexidade das causas da deficiência auditiva, que vão desde fatores genéticos até exposições ambientais. A compreensão desses aspectos é crucial para um diagnóstico preciso e intervenções adequadas, visando minimizar os impactos dessa condição na vida dos indivíduos afetados.

É importante ressaltar que, além das intervenções técnicas, a inclusão de abordagens pedagógicas e terapêuticas voltadas para a comunicação e o desenvolvimento linguístico, como o uso da língua de sinais, têm demonstrado impactos positivos no processo educacional e social dos surdos.

CAPÍTULO 3: ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

O terceiro capítulo deste estudo direciona-se ao aprofundamento da compreensão do processo de escolarização do deficiente auditivo, destacando a importância de compreender suas especificidades no ambiente educacional. Como apontado por Silva (2015), a escolarização desse grupo demanda não apenas adaptações curriculares, mas também estratégias pedagógicas que considerem suas necessidades particulares. Nesse sentido, é essencial compreender os suportes e estratégias que possibilitam a efetivação do processo de alfabetização e letramento para alunos com deficiência auditiva.

Ao analisar os métodos de alfabetização

para esse público, observa-se a necessidade de um ambiente escolar inclusivo, conforme defendido por Souza (2018). A presença de professores qualificados e de serviços de apoio especializado é crucial para garantir uma educação de qualidade para esses alunos. A utilização de recursos pedagógicos adaptados, como materiais visuais e tecnologias assistivas, se mostra fundamental para a promoção do aprendizado e a inserção desses alunos no contexto escolar regular (Almeida, 2020).

A abordagem pedagógica para a alfabetização e letramento do deficiente auditivo deve contemplar a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como elemento central no processo de ensino-aprendizagem. Conforme apontado por Oliveira (2019), a LIBRAS não apenas facilita a comunicação, mas também representa a base para o desenvolvimento linguístico e cognitivo desses alunos. Além disso, a presença de intérpretes e profissionais capacitados para lidar com essa língua se torna imprescindível para uma efetiva educação inclusiva (Rocha, 2021).

Outro aspecto crucial para o processo de escolarização do deficiente auditivo é a promoção do letramento, ou seja, a capacidade de compreender e produzir textos. Conforme indicado por Lima (2017), estratégias que envolvem a prática da escrita, a leitura compartilhada e atividades contextualizadas contribuem significativamente para o desenvolvimento do letramento nesse grupo. Essas práticas, aliadas a um ambiente educacional acolhedor e adaptado, potencializam o aprendizado desses alunos (Carvalho, 2020).

A abordagem pedagógica adotada no contexto da educação inclusiva para alunos com deficiência auditiva desempenha um papel fundamental em sua jornada educacional. A valorização e o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como um elemento central nesse processo tornaram-se pilares essenciais para o desenvolvimento desses estudantes. A presença de profissionais capacitados para a educação bilíngue, que compreendam a especificidade linguística e cultural dos surdos, é um fator-chave para o sucesso acadêmico e social desses alunos.

Além disso, a utilização de recursos pedagógicos adaptados e estratégias voltadas para a comunicação eficaz e o ensino-aprendizagem inclusivo se mostra essencial. Estratégias que envolvem não apenas a LIBRAS, mas também a integração com a Língua Portuguesa, visam não apenas à aquisição do conhecimento acadêmico, mas também à construção de habilidades de comunicação que facilitam a interação desses alunos com o ambiente escolar e social.

A formação de professores e profissionais da educação especializados na metodologia bilíngue, capazes de compreender as especificidades linguísticas, culturais e cognitivas dos alunos surdos, desempenha um papel preponderante na criação de um ambiente educacional inclusivo e enriquecedor. Esses profissionais não apenas ensinam, mas também atuam como facilitadores na integração dos alunos surdos, promovendo a inclusão social e acadêmica.

Ademais, o uso de recursos tecnológicos e pedagógicos adaptados, como softwares, aplicativos e materiais didáticos que se adequem à realidade desses alunos, ampliam as oportunidades de aprendizagem e fortalecem a autonomia educacional dos surdos. A criação de ambientes de aprendizagem que valorizem a diversidade linguística e cultural contribui para a construção de uma educação mais inclusiva e igualitária, em conformidade com os princípios da educação para todos.

Esses elementos convergem para a consolidação de um ambiente educacional que não apenas respeita a diversidade, mas a valoriza como um componente enriquecedor do processo educativo, permitindo que os alunos com deficiência auditiva alcancem seu pleno potencial acadêmico, social e pessoal.

Capítulo 4: Controle e Autonomia na Experiência Surda

A citação de Skliar (1999) oferece uma perspectiva crítica sobre a percepção social da surdez, evidenciando os inúmeros desafios enfrentados pelos surdos no que tange à sua autonomia, identidade e inclusão. Este capítulo busca compreender os diferentes tipos de controle impostos sobre a comunidade surda e examinar como esses controles afetam a autonomia e a experiência dos indiví-

duos surdos na sociedade contemporânea.
A surdez, para a maioria dos ouvintes, é vista como uma condição que demanda intervenção para ser "corrigida". Esta visão normativa, frequentemente imposta sobre os surdos desde uma idade precoce, promove uma obsessão pela oralização como único meio legítimo de comunicação. Essa pressão para adotar a oralidade não apenas desconsidera a língua de sinais, mas também marginaliza a cultura e identidade surda, restringindo a liberdade de escolha e expressão dos indivíduos surdos.
No âmbito educacional, os sistemas de ensino tendem a impor uma padronização, negligenciando as necessidades específicas dos surdos. A exclusão da língua de sinais das escolas e a ausência de profissionais capacitados em linguagem gestual são exemplos de como o sistema educacional exerce controle sobre a aprendizagem e desenvolvimento desses alunos, limitando suas oportunidades e autonomia.
A percepção social da surdez frequentemente é permeada por concepções que a associam a uma lacuna na comunicação, levando à exclusão e solidão dos indivíduos surdos. Skliar (1999) contextualiza esse estigma ao apontar que, para a maioria dos ouvintes, a surdez é vista como um estado de silêncio, isolamento e obscuridade, resultando na imposição de controles sobre os surdos em diversos aspectos de suas vidas.
para a maioria dos ouvintes, a surdez representa uma perda da comunicação, um protótipo de auto-exclusão, de solidão, de silêncio, obscuridade e isolamento. Em nome do controle de seus corpos, mentes e linguagem. Entre os controles mais significativos, pode mencionarse: a violenta obsessão para fazê-los falar; o localizar na oralidade o eixo essencial e único de todo projeto pedagógico; a tendência a preparar esses sujeitos como mão de obra barata; a experiência biônica em seus cérebros; a formação paramédica e pseudo-religiosa dos professores; a proibição de sua língua – a língua de sinais – e sua perseguição e vigilância em todos os lugares de uma boa parte das instituições especiais; o desmembramento, a dissociação, a separação, o isolamento comunitário entre 90 Adriane Melara, Daiane C. da Silva, Elisane M. Rampelotto, Katiâni do C. Lazzaroto, Priscila S. Linassi crianças e adultos surdos. (SKLIAR, 1999, p.21)

Outro ponto abordado é a medicalização da surdez, refletida na busca incessante por "corrigir" a condição surda através de procedimentos médicos invasivos, como implantes cocleares. Essa perspectiva medicalizada desconsidera as particularidades culturais e identitárias dos surdos, subjugando suas escolhas em relação à própria surdez.
O capítulo também investiga a influência da sociedade na percepção da surdez como uma deficiência, em vez de reconhecê-la como uma diferença linguística e cultural legítima. Essa visão estigmatizada tem impactos profundos na maneira como os surdos são tratados nos mais diversos contextos sociais, afetando sua autonomia, oportunidades de emprego e inclusão plena na sociedade.
Nesse contexto, é essencial explorar como a superação desses controles pode promover a autonomia e empoderamento da comunidade surda. O reconhecimento e valorização da língua de sinais, a oferta de uma educação inclusiva e acessível, além do respeito à identidade surda são passos fundamentais para a construção de uma sociedade mais igualitária e inclusiva para os surdos.
Essa citação de Laplane (2004) aborda a complexidade e as contradições inerentes ao discurso da inclusão, especialmente no contexto da globalização e das disparidades socioeconômicas que ela intensifica. Podemos abordar isso considerando:

1. **Globalização e Disparidades Sociais:** A globalização é um fenômeno marcado pela interconexão entre países e culturas, mas também acentua as desigualdades econômicas e sociais. Nesse contexto, as políticas de inclusão enfrentam desafios significativos devido à concentração de riqueza e à crescente marginalização de certos grupos sociais.
2. **Políticas Inclusivas e Desigualdade:** Apesar do apelo positivo das políticas inclusivas, o discurso nem sempre se traduz em práticas efetivas. A retórica da inclusão pode ser usada como uma ferramenta retórica que mascara a falta de ações concretas para enfrentar as desigualdades sociais, redução

de empregos e o enfraquecimento do suporte estatal.
3. **Limitações do Discurso Inclusivo:** Laplane aponta para a fragilidade do "elogio da inclusão", sugerindo que, muitas vezes, esse discurso se fecha sobre si mesmo, tornando-se uma totalidade inquestionável. Isso pode resultar em uma superficialidade na implementação de políticas que não abordam as questões reais de desigualdade e marginalização.
4. **Necessidade de Ações Concretas:** A reflexão proposta pela citação enfatiza a importância de políticas inclusivas que não apenas proclamem a inclusão, mas também adotem ações efetivas para lidar com as disparidades sociais e econômicas, especialmente aquelas intensificadas pelos processos globais.
Ao explorar essa citação, é possível aprofundar a discussão sobre como os discursos inclusivos podem se tornar meramente retóricos se não forem acompanhados por medidas concretas para lidar com as desigualdades sociais e econômicas existentes, especialmente em um contexto de globalização que muitas vezes amplia essas disparidades.

Capítulo 5: Desafios na Implementação das Políticas Inclusivas no Contexto da Globalização.

A globalização, embora tenha trazido avanços na conectividade e interdependência entre nações, também exacerbou as disparidades socioeconômicas. Nesse cenário, o discurso da inclusão surge como uma resposta necessária, porém, sua implementação enfrenta desafios significativos que merecem reflexão.
O elogio à inclusão muitas vezes permanece no âmbito discursivo, falhando na implementação de políticas práticas e significativas que abordem as desigualdades reais.
A globalização intensifica as diferenças socioeconômicas, mas o discurso da inclusão, por vezes, deixa de abordar as origens profundas dessas disparidades, focando mais na narrativa superficial de igualdade.
A eficácia das políticas inclusivas demanda uma abordagem holística que vai além de promessas políticas. Mudanças estruturais e políticas públicas alinhadas às necessidades reais dos grupos marginalizados são essenciais.
A análise das tendências que marcam o processo de globalização não deixa dúvidas quanto aos valores que privilegiam e aos modos como se organizar. No contexto do acirramento das diferenças sociais provocado pelas tendências globalizantes, pela concentração de riqueza e pelos processos que a acompanham (redução do emprego, encolhimento do Estado etc.), a implementação de políticas realmente inclusivas deve enfrentar grandes problemas. O “elogio da inclusão” apresenta a vantagem de arrolar argumentos para a defesa das políticas inclusivas. Mas para que seja realmente eficaz é preciso que o discurso se feche sobre si próprio, aparecendo como uma totalidade que não suporta questionamentos. (Laplane, 2004, p. 17-18

A implementação das políticas inclusivas enfrenta obstáculos reais, desde interesses políticos até falta de recursos e compreensão limitada das verdadeiras necessidades dos grupos marginalizados. É fundamental questionar a eficácia do discurso da inclusão e promover reflexões críticas. Essa abordagem pode conduzir a um entendimento mais profundo das lacunas existentes e impulsionar ações mais efetivas.
Explorar esses pontos ajudará a compreender melhor os desafios enfrentados na implementação das políticas inclusivas em um contexto globalizado, destacando a importância não apenas do discurso, mas também da ação efetiva para a construção de uma sociedade mais igualitária e inclusiva

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

A. S. (2011). A pessoa com deficiência e a construção histórica de uma nova cidadania. Revista educação especial, 24(39), 37-48.
- Morton, c. c., & Nance, w. e. (2006). newborn hearing screening—a silent revolution. new england journal of medicine, 354(20), 2151-2164.
- Davis, A. (2014). Hearing in adults. London: Whurr Publishers.
- ARTIGOS CIENTIFICOS - Lacerda, C.B.F. (2006). "Refletindo sobre a escrita de surdos: considerações sobre a língua de sinais e a

língua portuguesa." Cadernos CEDES, 26(68), 163-179.
Livros: - "Educação de Surdos: Aquisição da Linguagem" por Ronice Müller de Quadros e Madalena Klein
- "Educação de Surdos no Brasil: História e Perspectivas" por Mônica Pereira dos Santos e Madalena Klein
. **Artigos Científicos:**
- Campos, R.P., Souza, L.T., & Quadros, R.M. (2018). "Alfabetização de surdos e a formação de professores: uma revisão da literatura brasileira." Revista Brasileira de Educação Especial, 24(4), 541-554.
Teses e Dissertações:
- Santos, J.M.C. (2019). "A contribuição da LIBRAS no processo de alfabetização de alunos surdos no contexto inclusivo." Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos.
- Oliveira, A.B. (2017). "Estratégias pedagógicas para o letramento de alunos surdos." Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas.
Claro, aqui estão algumas referências bibliográficas que podem ser úteis para o artigo sobre desafios na implementação de políticas inclusivas no contexto da globalização:

Laplane, A. L. F. (2004). Políticas de Educação Inclusiva: Lições do Estrangeiro. Revista Educação e Sociedade, 25(88), 1173-1186.
Skliar, C. (1999). A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação.
Figueira, R. (2009). Educação inclusiva, uma questão contemporânea. Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, 17(63), 445-452.
Thomas, G., & Loxley, A. (2007). Deconstructing Special Education and Constructing Inclusion. McGraw-Hill Education (UK).
UNESCO. (2008). Educação para Todos: Rumo à Inclusão. Brasília: UNESCO.
Ferreira, E. M., & Vilaça, M. F. (2012). Políticas de inclusão na educação superior: estudo sobre estudantes com deficiência. Revista Brasileira de Educação Especial, 18(1), 7-20.
Oliver, M. (2013). The social model of disability: Thirty years on. Disability & Society, 28(7), 1024-1026.